

Secretário da Seplan critica visão da dívida.

O secretário-geral do Ministério do Planejamento, Michal Gartenkraut, em seminário interno promovido no Rio pelo Citibank, chamou de "tabu imoral" o pressuposto da política econômica brasileira de não pagar os juros da dívida externa porque isso significaria sacrifício interno elevado. Ele propôs no seminário, do qual



Michal Gartenkraut

participaram executivos financeiros de grandes empresas e diretores do Banco do Brasil e de outros países, que houvesse uma reformulação na estratégia de negociação da dívida brasileira, estabelecendo primeiro uma lista de princípios básicos a serem seguidos na negociação.

Gartenkraut, falando para essa platéia de funcionários do maior banco credor do Brasil, chamou a atenção para o fato de que os recursos retidos no Banco Central, em função da moratória, estão servindo para financiar o déficit público. O secretário-geral pediu a imediata e enérgica redução nas despesas governamentais.

Inicialmente, não estava prevista a presença de jornalistas nessa palestra. Gartenkraut foi informado de que não haveria imprensa e seria um seminário fechado. Mas os jornalistas, que estavam desde quinta-feira no encontro, ficaram ontem também.

Gartenkraut alertou para o fato de que as remessas de lucros das empresas multinacionais estão ainda maiores do que o recorde registrado no ano passado. Ele acha que isto é consequência das incertezas da economia brasileira provocadas pela Constituinte. Ele se mostrou preocupado com a falta de investimentos estrangeiros no país, na sua opinião, fundamentais para manter o crescimento econômico, e, conseqüentemente, o nível de emprego.

O Plano Macroeconômico terá que ser mudado dentro de um mês, revelou o funcionário do Ministério do Planejamento, para corrigir alguns erros, entre eles, o de haver superestimado a taxa de investimento necessária à manutenção do crescimento.

Ele disse que a negociação da dívida brasileira tem sido conduzida de forma apressada e defendeu uma outra forma de discussão, em que se estabelecessem inicialmente alguns princípios, como, por exemplo, que a economia deveria se manter em crescimento;

uma remessa mínima de lucros; uma taxa de juros realista; um limite abaixo do qual as reservas não poderiam cair; e a definição pelo modelo exportador. Só depois que isso fosse acertado entre o país devedor e os credores oficiais e comerciais, o acordo propriamente dito seria negociado.

Evitando falar com a imprensa ao acabar a exposição — que deveria versar sobre *Financiamento de longo prazo no Brasil: tendência e a necessidade de hedge* (proteção futura) —, Gartenkraut foi enfático ao defender o corte dos gastos governamentais. Pelas suas contas, essa será a única forma de se atingir a meta, prevista no plano elaborado pelo ministro Bresser Pereira, de crescimento de 5% do PIB em 1987 e de 6% no ano seguinte. O Plano de Controle Macroeconômico prevê que, para se chegar a esse resultado, a taxa de investimento teria de ser equivalente a 19,5% em 1987 e de 21,7% em 1988, o que representa uma taxa média de 20,6% para os dois anos. "Essa taxa está superestimada, além de ser insuficiente para se conseguir um crescimento sustentado do PIB a longo prazo", disse Gartenkraut.

Os dados do secretário-geral da Seplan apontam para a necessidade de se conseguir uma taxa de crescimento do investimento (poupança) de 22% a 23% nesse período, para se atingir o crescimento econômico esperado. Para chegar lá, é preciso reduzir os gastos da máquina estatal. "E está faltando redistribuir melhor o sacrifício interno".

Gartenkraut foi radical na defesa da necessidade de entrada de capital estrangeiro. "Não dá para continuar do jeito que está, sem qualquer entrada de investimento externo", afirmou. Revelou que o governo elaborou uma equação demonstrando que o mínimo de crescimento exigido anualmente pelo país é de 5%, o que geraria um aumento de 2,5% no número dos empregos. Só isso manteria o atual nível de emprego, mas não pode ser conseguido sem a poupança externa.

Ele é da opinião de que os únicos credores sacrificados até agora são os bancos comerciais — entre eles, o Citibank —, em detrimento de melhores condições para as instituições financeiras estatais dos países da OCDE (reunidos no chamado Clube de Paris) e dos bancos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e BID. Segundo Gartenkraut, o Brasil até agora negociou muito pior do que outros países — Polônia, Argentina e México conseguiram melhores condições do que o Brasil, porque fizeram acordos de longo prazo. O Brasil, porém, ficou no curto prazo e pagando juros e *spreads* (taxa de risco) sobre a dívida antiga de valor muito mais elevado do que a parcela passível de refinanciamento.